

RELATO DE EXPERIÊNCIA : UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Amanda Mesquita Viana¹; Claudio Henrique dos Santos Laranjeiras²; Maria Eduarda Cardoso Rodrigues²

¹Graduanda do V semestre em Pedagogia, Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Bolsista Voluntária de Iniciação Científica do VIVA'S:
Grupo de pesquisa de estudos feministas: gênero, diversidade e sexualidade,
amanda.mesquita.viana09@gmail.com

²Graduando do VII semestre em Pedagogia, Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), 202220816@uesb.edu.br

²Graduanda do VII semestre em Pedagogia, Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), 202220665@uesb.edu.br

Introdução

A gestão democrática da educação constitui-se como um dos pilares fundamentais para a organização e o desenvolvimento das instituições escolares públicas no Brasil. Esse modelo de gestão compreende a escola como um espaço coletivo, no qual as decisões pedagógicas, administrativas e políticas devem ser construídas de forma participativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, desempenhando um papel essencial no funcionamento das instituições de ensino, pois envolve a organização dos processos pedagógicos, administrativos e sociais que contribuem para a qualidade da educação.

Nesse contexto, a gestão democrática e participativa destaca-se como um princípio essencial para a construção de uma escola comprometida com a formação cidadã, a inclusão e o diálogo entre os diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar, ultrapassando a visão meramente burocrática da administração escolar, e assumindo um caráter político-pedagógico voltado à efetivação do direito à educação e à formação integral dos indivíduos.

Do ponto de vista teórico, a gestão democrática fundamenta-se em concepções que compreendem a escola como espaço de construção coletiva do conhecimento e de exercício da cidadania. Segundo Paro, a gestão escolar deve estar a serviço dos fins educativos, e não apenas de procedimentos administrativos, valorizando a participação como prática formativa. Nesse sentido, Paro afirma que “a escola só será verdadeiramente democrática quando aqueles que dela participam tiverem poder real de decisão sobre seu funcionamento” (Paro, 2016, p. 25).

Enquanto Cury ressalta que a gestão democrática está diretamente relacionada ao direito à educação e à construção de uma escola pública que respeite os princípios da cidadania, da igualdade e da participação social. Dessa forma, a participação efetiva da comunidade escolar torna-se condição indispensável para a democratização da escola e para a melhoria da qualidade do ensino.

Essa perspectiva encontra respaldo na legislação educacional brasileira, especialmente na Constituição Federal de 1988, que estabelece a gestão democrática do ensino público como princípio, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que assegura a participação da comunidade escolar na elaboração das propostas pedagógicas e na organização da escola, assim como que as normas da gestão democrática do ensino público devem ser definidas pelos sistemas de ensino, de acordo com suas peculiaridades. O referido artigo estabelece como princípios a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e fóruns equivalentes.

Em consonância, o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014) reforça a gestão democrática como diretriz da política educacional brasileira, ao propor estratégias voltadas ao fortalecimento da participação da comunidade escolar, à formação de gestores e ao incentivo ao funcionamento dos conselhos escolares.

Nesse viés, Paro também ressalta que não é possível falar em educação democrática em instituições organizadas de maneira autoritária. Segundo o autor, “não há como falar em educação democrática se a escola se organiza de forma autoritária, negando a participação daqueles que são os principais interessados em sua ação educativa” (Paro, 2012, p. 67). Assim, a gestão democrática pressupõe relações baseadas no diálogo, na cooperação e na corresponsabilidade entre gestores, professores, estudantes, funcionários e famílias.

Portanto, a escolha desta temática justifica-se pela relevância de discutir a gestão democrática no contexto da formação inicial em nível de graduação, sobretudo a partir de experiências concretas vivenciadas no ambiente escolar. A gestão educacional pode ser compreendida como o conjunto de ações voltadas ao planejamento, organização, coordenação e avaliação das atividades escolares. Já a gestão democrática e participativa pressupõe a descentralização do poder, a transparência e o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar, conforme defende Vitor Henrique Paro, ao afirmar que a participação efetiva da comunidade é condição indispensável para a democratização da escola e para a garantia de uma educação pública de qualidade.

Dessa forma, este trabalho busca articular a experiência vivenciada na Escola Idália Torres com os fundamentos teóricos e legais da gestão democrática, dialogando com as contribuições de Paro e Cury, e contribuindo para uma reflexão crítica sobre a importância da participação da comunidade escolar na construção de uma gestão educacional mais democrática e comprometida com a qualidade da educação.

Por fim, esse relato de experiência tem como objetivo descrever e refletir sobre uma vivência relacionada à gestão educacional e escolar, desenvolvida na Escola Idália Torres, localizada no município de Vitória da Conquista - BA, a partir dos princípios da gestão democrática. O trabalho foi desenvolvido com a finalidade de compreender, na prática, como a participação da comunidade escolar ocorre nos processos de tomada de decisão e de que forma a gestão democrática contribui para o fortalecimento das relações entre escola, família e comunidade.

Metodologia

Este estudo fundamenta-se nos princípios da gestão democrática e participativa, adotando uma abordagem qualitativa por privilegiar aspectos subjetivos, descritivos, narrativos e

interpretativos, o que possibilita uma compreensão aprofundada das experiências e interações vivenciadas no contexto escolar (Richardson, 2012). Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, aliada ao estudo da legislação educacional sobre gestão democrática e participativa, com base em autores como Vitor Henrique Paro e Jamil Cury, favorecendo a aproximação com o objeto de estudo e a compreensão da problemática investigada (Deslandes, 2009).

Trata-se de uma pesquisa de campo, caracterizada pela flexibilidade metodológica e pelo aprofundamento das questões propostas, conforme destaca Gil (2002, p. 52). A produção dos dados empíricos ocorreu exclusivamente por meio de entrevistas semiestruturadas, escolhidas por sua adequação aos objetivos do estudo e por possibilitarem maior aprofundamento das percepções e significados atribuídos pelos sujeitos às práticas de gestão escolar. Esse instrumento, organizado a partir de um roteiro com questões abertas, favorece tanto a comparabilidade das respostas quanto a emergência de novos elementos relevantes durante a investigação (Gil, 2002).

Conforme aponta Deslandes (2009), as entrevistas configuram-se como técnicas de produção primária de dados, uma vez que pressupõem a interação direta entre pesquisador e participantes. Por fim, a análise dos dados será realizada por meio da análise de conteúdo e da análise temática, de cunho interpretativo, narrativo e descritivo, permitindo identificar padrões, sentidos e significados presentes nos discursos e construir interpretações consistentes sobre a vivência da gestão educacional e escolar na Escola Idália Torres, compreendendo como se efetiva a participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão e de que maneira as práticas de gestão democrática e participativa contribuem para o fortalecimento das relações entre escola, família e comunidade (Gil, 2002).

Resultados e Discussões

Conforme Cury (2005), a educação escolar é um bem público essencial para o exercício da cidadania e que o gestor educacional possui papel fundamental na efetivação desse direito. Nesse sentido, o autor afirma que “a gestão democrática é a forma dialogal e participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade” (Cury, 2005). Dessa forma, a gestão democrática torna-se um instrumento indispensável para a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico e para a garantia de um padrão de qualidade no ensino.

A gestão democrática da escola pública implica a participação efetiva dos diversos segmentos da comunidade escolar nos processos de decisão, não como concessão, mas como condição necessária para que a escola cumpra sua função social e educativa (Paro, 2001, p. 43).

De acordo a entrevista, a gestão educacional da Escola Municipal Idália Torres apresenta várias características importantes para que haja uma boa participação de todas as partes em relação à gestão e ao bom funcionamento da instituição. Foi possível constatar que a escola apresenta uma gestão transparente e dedicada com todo o público presente em seu espaço, se estendendo aos pais e demais funcionários da instituição, dando transparência e voz para que haja a colaboração efetiva e participativa de toda comunidade nas demandas estudantis, incluindo na criação de documentos regulatórios, como o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Portanto, é primordial que a gestão presente na escola seja participativa e tenha seus ideais

imersos na coletividade, levando em consideração que o direito à educação e as questões referentes a ela também é de compromisso comunitário, sendo assim desenvolvida e aperfeiçoada de forma democrática (Cury, 2005).

Além disso, no campo legal, a gestão democrática encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu artigo 206, inciso VI, a gestão democrática do ensino público como um dos princípios da educação nacional. O artigo 205 da mesma Constituição define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade”, reforçando o caráter coletivo e participativo da educação escolar.

Em relação a isso, é citado na entrevista como a participação da comunidade é efetiva dentro da instituição, ressaltando a parceria entre escola e família, “A relação de família e escola é fundamental para uma gestão de qualidade, a escola e família aqui no Simão dialogam bem, a escola sempre está em contato com os pais, é uma parceria entre a escola e a família” (Entrevistada, 2025). Portanto, a relação comunitária presente na escola é imprescindível e praticada com êxito pelas partes, traçando ideias democráticas e participativas.

É imprescindível destacar, que a consulta dos integrantes do corpo docente é algo primordial para a tomada de decisões na instituição, pois a opinião de todos acerca das ocorrências é válida e importante. De acordo com a entrevistada, esta consulta ocorre de maneira participativa na elaboração do PPP da escola, que por sua vez é produzido inicialmente pela diretora com intuito de construí-lo com ajuda de toda comunidade, o que estimula a participação na tomada de decisões e demais segmentos da escola. Segundo Cury (2005), o projeto pedagógico é a “marca registrada” da instituição escolar, pois explicita suas finalidades, princípios e formas de organização do trabalho pedagógico. Desse modo, quando elaborado coletivamente, esse documento deve refletir as diretrizes legais e as especificidades da comunidade escolar.

Em suma, as práticas gestoras da Escola Municipal Idália Torres valorizam a democracia e dispõe de características que estimulam a participação ativa de maneira a agregar e contribuir com o serviço educacional de forma construtiva, desenvolvendo um senso comunitário e favorecendo a tomada de decisões de forma igualitária.

Conclusões

O presente trabalho possibilitou a compreensão da gestão democrática e participativa como princípio estruturante da organização e do funcionamento da escola pública, evidenciada tanto no campo teórico quanto na experiência empírica vivenciada na Escola Municipal Idália Torres. As contribuições de Paro (2001, 2012, 2016) e Cury (2005) sustentam a compreensão de que a gestão escolar deve estar intrinsecamente vinculada aos fins educativos e ao compromisso com a participação efetiva da comunidade escolar, uma vez que é uma condição imprescindível para a consolidação de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada.

Sob a perspectiva teórica, Paro (2001) afirma que a democratização da escola somente se efetiva quando os sujeitos que a compõem dispõem de poder real de decisão sobre seus processos organizativos e pedagógicos, superando práticas autoritárias e centralizadoras. O autor ressalta, ainda, que a administração escolar não pode restringir-se a procedimentos burocráticos, devendo assumir um caráter político-pedagógico voltado à formação humana e ao cumprimento da função social da educação (Paro, 2012). De modo complementar, Cury (2005) concebe a gestão democrática como expressão concreta do direito à educação, destacando a participação, o diálogo e a construção coletiva do projeto pedagógico como elementos centrais para a

Ademais, a análise da experiência presenciada evidenciou que a Escola Municipal Idália Torres desenvolve práticas gestoras consonantes com essas concepções, especialmente no que se refere à valorização do diálogo institucional, à transparência dos processos decisórios e à participação da comunidade escolar, com destaque para a elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico. Os dados oriundos das entrevistas indicam que a relação entre escola e família é fortalecida por meio de práticas participativas, corroborando para a construção de um ambiente escolar mais democrático, inclusivo e comprometido com as demandas socioculturais da comunidade.

Nesse viés, a abordagem da temática e o desenvolvimento desta pesquisa revelaram-se igualmente relevantes para a formação dos discentes enquanto futuros profissionais da educação, ao favorecerem uma compreensão crítica da gestão escolar enquanto processo coletivo, político e pedagógico. A vivência da pesquisa de campo, articulada ao estudo teórico e ao arcabouço legal da gestão democrática, contribuiu para a constituição de uma postura profissional pautada no diálogo, na participação e na corresponsabilidade.

Ao problematizar o papel do gestor, do docente e dos demais sujeitos da comunidade escolar nos processos decisórios, amplia-se a compreensão de que a atuação docente extrapola o espaço da sala de aula, envolvendo o engajamento ativo na construção do Projeto Político-Pedagógico e na defesa do direito à educação pública de qualidade, em consonância com os princípios defendidos pelos autores supracitados.

No que tange às contribuições para a formação pessoal e profissional, a realização deste estudo possibilitou uma aproximação crítica com a realidade da gestão escolar, promovendo a articulação entre teoria e prática de forma reflexiva e fundamentada. Tal experiência favoreceu a compreensão do educador como sujeito histórico e político, inserido em processos coletivos de tomada de decisão e como agente potencial de transformação social no contexto escolar.

Portanto, o desenvolvimento deste trabalho reafirma que a participação da comunidade escolar constitui um elemento central para a efetivação da gestão democrática e para a melhoria da qualidade da educação. Constatou-se que práticas participativas fortalecem o senso de pertencimento, promovem a corresponsabilidade e contribuem para a construção de decisões mais coerentes com as necessidades e especificidades da comunidade escolar (Paro, 2001). Assim, a gestão democrática configura-se como caminho imprescindível para a consolidação de uma escola pública comprometida com a formação cidadã, a inclusão social e a justiça educacional (Cury, 2005).

Por fim, espera-se que este relato de experiência contribua para o aprofundamento das discussões acerca da gestão democrática no campo educacional e estimule a adoção de práticas gestoras cada vez mais participativas, reafirmando a escola pública como espaço de construção coletiva do conhecimento, de exercício da cidadania e de promoção da transformação social.

Palavras-chaves: Comunidade escolar; Escola e família; Gestão democrática.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola. Brasília: Escola de Gestores/Ministério da Educação, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. In: CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e democracia. São Paulo: Cortez, 2007.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001. p. 43.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de História da Pedagogia